



## 1. Sobre o Tempo e o Modo

A questão substantiva, de fundo, que permanece é a seguinte:

Como sabem fomos, desde 2007, e continuamos a ser hoje, contra a figura da “fundação pública com regime de direito privado”.

Todos conhecem as nossas razões: participámos ativamente nesse debate, participámos no processo de decisão, votámos contra.

Porém, recordam-se, certamente, de que para além das questões de fundo, mais substantivas, sempre alertámos para os calendários concretos da tomada da decisão e da solicitação ao governo da abertura das negociações.

Nesse aspeto, lamentavelmente, a história recente, desde maio de 2011, veio a dar-nos inteira razão!

Em abril de 2011, imediatamente antes da decisão do anterior C. Geral de aprovar a passagem a Fundação, escrevemos que se trataria, possivelmente, de, cito:

“Uma vitória interna da tese fundacional, mas de uma derrota externa contextual. Um ato de voluntarismo da instituição de que pode vir a resultar uma situação desprestigiante ou embaraçosa”.

Tudo era, já então, plausível, no contexto da mudança do XVIII governo de J. Sócrates para o XIX governo de Pedro Passos Coelho. Só não viu quem se recusou a ver.

Quem adiou a passagem da UMinho a Fundação foi o atual governo, não sem responsabilidades associáveis à estratégia, em nosso entender errada, seguida pelo anterior C. Geral e pelo Reitor.

Mais recentemente, em janeiro de 2015, perante sinais de uma surpreendente adesão governamental à dinâmica de criação fundacional,

escrevemos que o momento concreto, em fase final de legislatura, representava, cito da nossa declaração:

“uma decisão temerária e inoportuna, até mesmo para os defensores de tal regime”, “uma decisão imprudente e desadequada”, podendo vir a cair em situação idêntica à da mudança de governo que ocorrera quatro anos antes.

Sejamos claros:

Se o órgão máximo de decisão político-estratégica da UMinho não consegue analisar as condições, objetivas e subjetivas, nem avaliar as implicações políticas, e até eleitorais e partidárias, do tempo e do modo das decisões, como se forma e conteúdo, ou processo e tomada de decisão fossem separáveis, ou como se o contexto político não afetasse a universidade, então, seríamos forçados a concluir que este órgão, lamentavelmente, nem, seria político nem seria estratégico, nem estaria a cumprir a sua missão

Prefiro, naturalmente, acreditar que não será esse o caso.

Infelizmente, contudo, aqui estamos, uma vez mais, perante circunstâncias contextuais altamente delicadas em termos de momento de decisão política. Observá-lo é, desde logo, um ato político-estratégico que nos parece criticamente indispensável, até para recusar atitudes ingénuas e não alienar as nossas responsabilidades. Mas não valorizar as implicações do momento político é, igualmente, um ato político.

É neste contexto que, independentemente das posições de outros e das leituras que entendam fazer afirmamos com total clareza:

Seria um erro menosprezar o processo contraditório que marcou as relações entre o XIX Governo e a Universidade do Minho, relegando esta instituição para plano subalterno face à sua decisão, de há quatro anos atrás, de requerer o estatuto fundacional, para, de súbito, nos últimos dias do seu mandato, em pleno período eleitoral, pretender o Governo retomar o processo e aprovar o respetivo Decreto-Lei em Conselho de Ministros, deste feita contrariando, sem qualquer justificação conhecida, a sua posição contrária ao regime fundacional. Para além de, mesmo assim, faltarem garantias de que o Decreto-Lei em causa seria mesmo aprovado

em tempo útil, por um Conselho de Ministros em extraordinário afã criador.

Concluo:

A questão processual encerra dois problemas maiores: em primeiro lugar o momento concreto da deliberação em termos de calendário político, já em período eleitoral, dando azo a leituras que podem apoucar a Universidade do Minho em termos democráticos e de autonomia face ao governo e até face a partidos políticos; em segundo lugar, o facto de, após o normal período de férias, vir a comunidade académica a ser confrontada com uma decisão desta relevância, sem que tenha podido minimamente acompanhar o decurso das negociações, se é que existiram e dignas desse nome, e ser esclarecida sobre os contornos precisos que ela implica.

Aceitando o tempo e o modo propostos, não se surpreendam, depois, que a UMinho seja arrastada para o debate político-partidário, em fase eleitoral, em situação para a qual não tem vocação, nem ciência, nem recursos para poder intervir.

Mesmo perante uma oferta governamental considera vantajosa por parte de alguns protagonistas universitários, não haveria outro modo de cuidar do prestígio e da autonomia da instituição que não fosse o de recusar tal oferta neste momento, libertando a instituição de teias e interesses político-partidários mais ou menos perversos.